

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025.....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	18
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	21
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	22
7. IMOBILIZADO	23
8. INTANGÍVEL	25
9. FORNECEDORES	26
10. PROVISÕES.....	27
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	28
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
13. RECEITA LÍQUIDA	30
14. CUSTOS E DESPESAS	31
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	32
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	32
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	37
19. ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	41



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Leste S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Leste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Dona Rita, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa altera faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das Diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Leste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a Companhia investiu R\$ 42.191 mil, desse montante destaca-se a construção de nova barragem da usina Peti.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 40.841 mil em 2025 em comparação ao resultado de R\$ 41.272 mil em 2024, uma redução de 1,04% devido, principalmente, a um aumento dos custos e despesas operacionais.

Receita

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2025 foi de R\$ 38.444 mil, em comparação a R\$ 39.108 mil em 2024.

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$25.650 mil em 2025 (R\$25.155 mil em 2024), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 19.577 mil em 2025 (R\$ 16.944 mil em 2024), representando uma redução de 15,54%. Essa variação deve-se, principalmente, a aumento com serviços de terceiros.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$ 5.267 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$ 2.222 mil em 2024. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento das aplicações em 2025.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 3.772 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 44.613 mil antes dos efeitos fiscais, representando 8,45%. Comparativamente, no mesmo período de 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 2.734 mil, em relação ao resultado de R\$ 44.006 mil antes dos efeitos fiscais, representando 6,21%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2025 e 2024. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 68,07% em 2025 (72,24% em 2024).

R\$ mil	2025	2024
Resultado Líquido	40.841	41.272
Despesa de IR e CS	3.772	2.734
Depreciação/Amortização	761	642
Resultado Financeiro	(5.267)	(2.222)
LAJIDA	40.107	42.426

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2025, no montante de R\$40.841, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.042 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.400 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.399 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, o valor de R\$19.400 será destinado para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

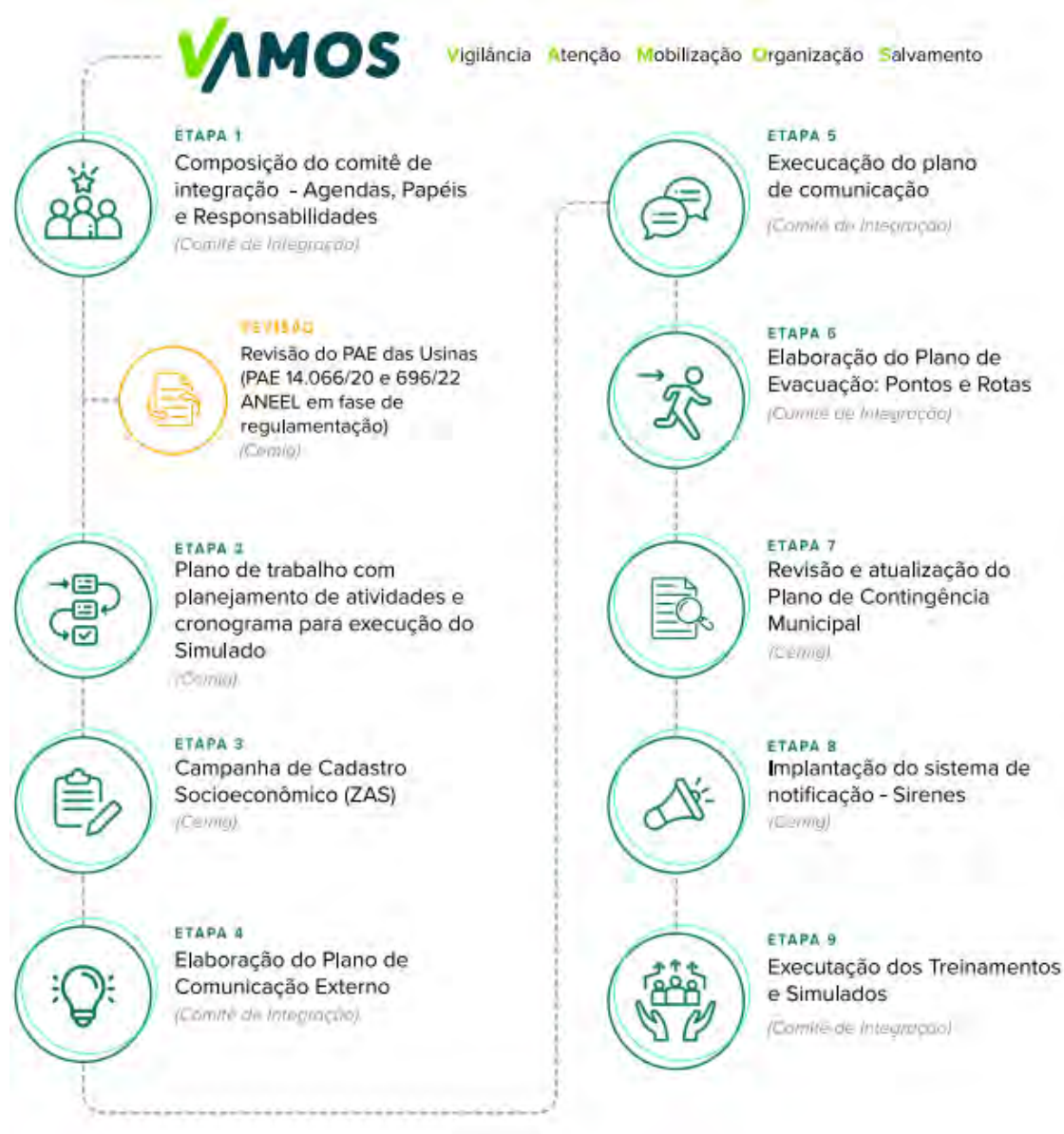
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Leste é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	711	10.241
Títulos e Valores Mobiliários	4	7.026	16.281
Consumidores e Revendedores	5	4.600	4.774
Ativos Financeiros da Concessão	6	19.250	18.787
Tributos Compensáveis		781	31
Outros ativos		5	50
		32.373	50.164
Ativos classificados como mantidos para venda	20	-	5.208
TOTAL DO CIRCULANTE		32.373	55.372
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	6.140
Ativos Financeiros da Concessão	6	124.070	119.613
Tributos Compensáveis		489	411
Imobilizado	7	71.069	29.299
Intangível	8	916	853
Direito de Uso		93	197
Outros ativos		71	232
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		196.708	156.745
ATIVO TOTAL		229.081	212.117

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	8.685	7.053
Encargos Regulatórios		31	91
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.140	1.029
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	846	439
Dividendos a pagar	12	19.400	19.605
Convênio de Compartilhamento	17	270	216
Passivo de Arrendamento		45	119
Outras Obrigações		84	-
TOTAL DO CIRCULANTE		30.501	28.552
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	1.132	1.287
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.463	1.240
Encargos Regulatórios		418	944
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		12	12
Passivo de Arrendamento		63	94
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.088	3.577
TOTAL DO PASSIVO		33.589	32.129
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital Social		100.569	100.569
Reserva de Lucros		94.923	79.419
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		195.492	179.988
PASSIVO TOTAL		229.081	212.117

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	13	58.923	58.728
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica		(6.331)	(6.821)
Custos de Operação		(10.103)	(8.919)
		(16.434)	(15.740)
LUCRO BRUTO		42.489	42.988
DESPESAS	14		
Despesas Gerais e Administrativas		(734)	(917)
Outras Despesas Operacionais		(2.409)	(287)
		(3.143)	(1.204)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos tributos sobre o lucro		39.346	41.784
Receitas Financeiras	15	5.395	2.320
Despesas Financeiras	15	(128)	(98)
		5.267	2.222
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		44.613	44.006
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	16	(3.928)	(2.265)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	156	(469)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		40.841	41.272

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	40.841	41.272
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40.841	41.272

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	100.569	12.517	25.587	-	138.673
Retorno de dividendos para reserva especial	-	-	19.648	-	19.648
Resultado do Exercício	-	-	-	41.272	41.272
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.062	-	(2.062)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(19.605)	(19.605)
Reserva de retenção de lucros	-	-	19.605	(19.605)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	100.569	14.579	64.840	-	179.988
Dividendos extraordinários (art. 199, Lei 6.404/76)	-	-	(5.937)	-	(5.937)
Resultado do Exercício	-	-	-	40.841	40.841
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.042	-	(2.042)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(19.400)	(19.400)
Reserva de retenção de lucros	-	-	19.399	(19.399)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	100.569	16.621	78.302	-	195.492

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	40.841	41.272
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 16)	3.772	2.734
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 13)	(25.650)	(25.156)
Depreciação e amortização (Nota 14)	631	629
Amortização do direito de uso (Nota 14)	130	13
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(16)	18
Juros passivo de arrendamento	12	7
Juros e variações monetárias (Nota 15)	(5.332)	(1.993)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	-	(18)
Perda na alienação	2.292	-
Baixa imobilizado (Nota 7)	27.183	4
	43.863	17.510
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	174	343
Ativo financeiro da concessão (Nota 6)	20.564	19.674
Tributos compensáveis	(1.995)	(408)
Outros ativos	236	23
	18.979	19.632
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	1.648	4.204
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	334	572
Encargos regulatórios	(586)	245
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	54	(82)
Outras obrigações	85	-
	1.535	4.939
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	64.377	42.081
Imposto renda e contribuição social pagos	(2.353)	(2.141)
Juros recebidos (Nota 4)	5.268	1.333
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	67.292	41.273
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(54.153)	(44.467)
Resgates de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	69.612	27.647
Fundos vinculados	(1)	(30)
Imobilizado e intangível (Nota 7, Nota 8)	(69.647)	(16.614)
Alienação de ativos	3.052	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(51.137)	(33.464)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(25.542)	-
Arrendamentos pagos	(143)	(18)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(25.685)	(18)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.530)	7.791
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.241	2.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	711	10.241

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

Em 30 de setembro de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa Nº 16.490, transferindo a titularidade da concessão da PCH Sinceridade para a Âmbor Energia. Em outubro de 2025 a Companhia concluiu a alienação, mais detalhes na nota explicativa nº 19.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 33,74 MW de potência instalada e 18,29 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2023. Os 30% restantes da garantia física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL. Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, executa os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de abril de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 e 13 – Consumidores e revendedores e Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (definição da vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor*);
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).
- Nota 19 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo).

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS.	01/01/2027
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas respectivas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias		-		57	355
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	98%	-	2.623
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,42% a 11,65%	654	7.263
TOTAL				711	10.241

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	108,6% a 111,98%	6.131	12.749
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	11,83% a 11,85%	808	3.304
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 118,69% CDI	87	228
				7.026	16.281
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	108,6% a 111,98%	-	6.140
				-	6.140
TOTAL				7.026	22.421

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos		Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 91 Dias	Mais de 361 Dias	2025	2024
Fornecimento Industrial		342			342	942
Suprimento a Outras Concessionárias		3.844		1	3.845	3.760
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	217	181	15	-	413	72
Total	217	4.367	15	1	4.600	4.774

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras.

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	138.400	137.346
Recebimentos	(20.564)	(19.674)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	25.650	25.156
Ativo mantido para venda	(166)	(4.428)
Saldo final	143.320	138.400
Circulante	19.250	18.787
Não Circulante	124.070	119.613

Política contábil

Para as usinas da Companhia, cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus valores recuperáveis líquidos.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		Valor
		Custo	Depreciação acumulada	Valor	Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço		14.268	(3.116)	11.152	14.198	(2.493)	11.705
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,80	874	(115)	759	531	(86)	445
Reservatórios, barragens e adutoras	3,52	2.391	(408)	1.983	2.391	(320)	2.071
Máquinas e equipamentos	4,28	11.003	(2.593)	8.410	11.276	(2.087)	9.189
Em curso		59.917	-	59.917	17.594	-	17.594
Total	3,60	74.185	(3.116)	71.069	31.792	(2.493)	29.299

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	14.198	-	(872)	942	14.268	70	(3.116)	11.152
Obras civis, benfeitorias e edificações	531	-	(18)	361	874	343	(115)	759
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	-	-	2.391	-	(408)	1.983
Máquinas e equipamentos	11.276	-	(854)	581	11.003	(273)	(2.593)	8.410
Em curso	17.594	69.576	(26.311)⁽²⁾	(942)	59.917	42.323	-	59.917
Total	31.792	69.576⁽¹⁾	(27.183)	-	74.185	42.393	(3.116)	71.069

(1) As aquisições se referem, principalmente, à construção da nova barragem da usina Peti, contemplando obras, serviços de agronomia, arquitetura e geologia, serviços de engenharia e aquisição de materiais.

(2) Se referem a baixas de adiantamento a fornecedor.

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Classificação como mantido p/ venda (D)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) – (B) + (C) – (D)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	14.654	-	(4)	420	(872)	14.198	(456)	(2.493)	11.705
Obras civis, benfeitorias e edificações	477	-	-	72	(18)	531	54	(86)	445
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	-	-	-	2.391	-	(320)	2.071
Máquinas e equipamentos	11.786	-	(4)	348	(854)	11.276	(510)	(2.087)	9.189
Em curso	2.160	15.903	-	(420)	(49)	17.594	15.434	-	17.594
Total	16.814	15.903	(4)	-	(921)	31.792	14.978	(2.493)	29.299

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Para os ativos capitalizados cuja vida útil ultrapassa o prazo da concessão, a taxa de depreciação é ajustada. Essa avaliação é efetuada por ativo e por instalação (usina). Para aqueles, cuja vida útil se encerra antes do prazo da concessão, não é feito nenhum ajuste à taxa ANEEL. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de depreciação do período foi de 3,60% (4,25% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização (%)	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		166	(32)	134	166	(24)	142
Ativos da concessão - GSF	3,13%	153	(23)	130	153	(18)	135
Intangível Software	20,00%	13	(9)	4	13	(6)	7
Em curso		782	-	782	711	-	711
Total		948	(32)	916	877	(24)	853

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	166	-	166	(32)	134
Ativos da concessão - GSF	153	-	153	(23)	130
Intangível	13	-	13	(9)	4
Em curso	711	71	782	-	782
Total	877	71	948	(32)	916

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições	Classificação como mantido p/ venda	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	167	-	(1)	166	(24)	142
Ativos da concessão - GSF	154	-	(1)	153	(18)	135
Intangível	13	-	-	13	(6)	7
Em curso	-	711	-	711	-	711
Total	167	711	(1)	877	(24)	853

A amortização do ativo intangível é linear, sendo que os ativos da concessão – GSF consideram o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas operacionais”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento e Transporte de Energia	494	725
Materiais e Serviços	8.191	6.328
TOTAL	8.685	7.053

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs. Destaca-se a construção da nova barragem da PCH Peti, em substituição a barragem atual, responsável pela variação observada na rubrica.

10. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

O passivo contingente, cuja expectativa de perda é considerada possível, é constituído pelas seguintes ações:

- Responsabilidade civil, no montante de R\$2.476 (R\$598 em 31 de dezembro 2024), em que se discute indenização por danos materiais, em decorrência de inundação de residências, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, em Minas Gerais, provocada pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Peti, no Rio Santa Bárbara. Apesar da reavaliação da probabilidade de perda de remota para possível, de processos com discussão semelhante, não houve em 2025 decisões relevantes nos andamentos processuais. Todos os processos desse agrupamento encontram-se em fase introdutória.
- Ambientais, no montante de R\$13 (R\$12 em 31 de dezembro de 2024), a qual discute suposta ausência de autorização ambiental de funcionamento. Em 2025, não houve eventos relevantes no andamento processual, mantendo-se em fase introdutória.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na

norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv) auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	106	239
COFINS	130	129
PASEP	28	28
INSS	394	280
ISSQN	426	298
Outros	56	54
	1.140	1.028
Não circulante		
COFINS	1.196	1.014
PASEP	267	227
	1.463	1.240
TOTAL	2.603	2.269

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R\$100.569 , subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou, de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

b) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada a seguir:

Reservas de lucros	2025	2024
Reserva legal	16.621	14.579
Retenção de lucros	78.302	64.840
TOTAL	94.923	79.419

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.042 de

reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Reserva para investimentos

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva para investimentos, parcela do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$19.399 em 2025. Os investimentos serão na Barragem Peti e adequação Cap. Vertente PCH Neblina.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Resultado do exercício	40.841	41.273
Reserva legal constituída	(2.042)	(2.063)
	38.799	39.210
Dividendos obrigatórios - 50%	19.400	19.605
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	19.400	19.605
Retenção de lucros	19.399	19.605
TOTAL	38.799	39.210

d) Destinação do Resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 40.841 , seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.042 para constituição de reserva legal;
- R\$19.400 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.399 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, o valor de R\$19.400 será destinado para constituição de reserva especial, a ser

pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.605
Proposta de dividendos intercalares	5.937
Pagamento de dividendos	(25.542)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	19.400
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.400

13. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento Industrial	11.883	14.412
Fornecimento não Faturado Industrial	472	942
Transações com Energia na CCEE	1.087	457
Suprimento Cotas - Geração Própria	46.560	43.908
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(994)	(955)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(20.564)	(19.674)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	18
Fornecimento bruto de energia elétrica	38.444	39.108
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	25.650	25.155
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(5.171)	(5.535)
	58.923	58.728

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.171	2.619
COFINS	1.858	1.849
PIS-PASEP	402	401
	4.431	4.869
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	151	149
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	215	213
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	108	106
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	201	134
CDE sobre P&D	65	64
	740	666
	5.171	5.535

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita,

pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento bruto de energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

Transações com energia na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

14. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	293	770
Encargos de uso da rede básica de distribuição	6.038	6.051
	6.331	6.821

(1) Encargos de uso da rede básica de distribuição referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

b) Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas (1)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	501	698	501	698
Materiais	767	205	-	-	767	205
Serviços de Terceiros (c)	8.559	8.056	233	219	8.792	8.275
Depreciação e amortização	761	642	-	-	761	642
Perda na alienação de ativos ⁽¹⁾	-	-	2.296	-	2.296	-
Outros custos/despesas	16	16	113	287	129	303
TOTAL	10.103	8.919	3.143	1.204	13.246	10.123

(1) Trata-se do valor líquido da baixa dos ativos alienados da PCH Sinceridade. Maiores informações na nota explicativa nº 19.

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
--	------	------

Manutenção, Conservação e Instalação	7.024	6.637
Conservação e Limpeza de Prédios	14	15
Meio Ambiente	1.173	1.151
Tecnologia da Informação	161	181
Energia Elétrica	37	39
Outros	383	252
TOTAL⁽¹⁾	8.792	8.275

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº17.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	5.338	2.285
Outras	57	35
	5.395	2.320
Despesas Financeiras		
Outras Variações Monetárias	(95)	(84)
Juros Passivo de Arrendamento	(12)	(7)
Outras	(21)	(7)
	(128)	(98)
Resultado financeiro	5.267	2.222

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. As despesas financeiras abrangem principalmente a variação monetária sobre P&D e juros de arrendamentos.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	441	225
Contribuição Social	405	214
TOTAL	846	439

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	734	861
Contribuição Social	398	426
TOTAL	1.132	1.287

c) Imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	59.391	59.391
ICMS ST	(83)	(83)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.745	7.117
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	6.221	6.221
Outras Receitas Financeiras	55	55
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(25)	(25)
Base de Cálculo Lucro Presumido	10.996	13.368
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.649	1.203
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	1.076	
IR e CS - Lucro Presumido	2.725	1.203
Rendas Aplicações não resgatadas	(883)	(883)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Rendas não resgatadas diferidas Ano 2025	(221)	(79)
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	4.702	4.702
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	376	563
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	94	51
Corrente	2.725	1.203
Diferido	(128)	(28)

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	58.734	58.734
ICMS ST	(86)	(86)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.692	7.038
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.405	1.405
Outras Receitas Financeiras	36	36
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(21)	(21)
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.111	8.457
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	917	761
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	587	
IR e CS - Lucro Presumido	1.504	761
Rendas Aplicações não resgatadas	879	879
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Rendas não resgatadas diferidas Ano 2024	220	79
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	5.510	5.510

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	441	661
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	110	60
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
Corrente	1.504	761
Diferido	330	139

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	301	-	-	3.812	3.560	(25)	(21)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
-----------------------	-------	---------	---------	---------

	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	200	431	-	-	(3.227)	(3.057)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	270	216	-	-	(665)	(764)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.955	1.045	-	-	(1.825)	(2.086)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
-----------------------	-------	---------	---------	---------

	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.400	19.605	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.400 Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	654	7.263	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.026	16.281	-	-	70	944	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	6.140	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	27	35
Participação nos resultados	12	11
Previdência privada	2	4
Total	41	50

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig,

Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		4.600	4.600	4.774	4.774
Títulos e Valores Mobiliários		87	87	228	228
Fundos Vinculados		1	1	31	31
Ativos financeiros da Concessão		143.320	143.320	142.334	142.334
		148.008	148.008	147.367	147.367
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	654	654	9.886	9.886
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.131	6.131	18.889	18.889
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	808	808	3.304	3.304
		7.593	7.593	32.079	32.079
		155.601	155.601	179.446	179.446
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(8.685)	(8.685)	(7.053)	(7.053)
Passivo de Arrendamento		(108)	(108)	(211)	(211)
		(8.793)	(8.793)	(7.264)	(7.264)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio;
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção

(*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento*	14	14	32	26	98	184
Fornecedores	8.685	-	-	-	-	8.685
TOTAL	8.699	14	32	26	98	8.869

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Perdas de Créditos Esperadas.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores e revendedores;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o

vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Os equivalentes de caixa e os valores mobiliários que não se enquadram como custo amortizado são mensurados como valor justo por meio do resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

19. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs, sendo uma 1 PCH da Companhia, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig Geração Leste							
PCH Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais

Foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA, sendo o valor de R\$3 milhões.

Por fim, em 16 de outubro de 2025, foi concluída a transferência onerosa da usina Sinceridade, pertencente à Cemig Geração Leste, para a empresa vencedora Âmbor Hidroenergia Ltda., após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Transferência Onerosa.

A movimentação do ativo imobilizado e do ativo financeiro mantidos para venda segue abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2024	Baixas e alienações (A)	Valor Bruto em 31/12/2025
Em serviço	871	(871)	-
Obras civis, benfeitorias e edificações	17	(17)	-
Máquinas e equipamentos	854	(854)	-
Em curso	49	(49)	-
Total	920	(920)	-

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições(A)	Baixas e alienações (B)	Valor Bruto em 31/12/2025
Ativo financeiro				-
Bonificação pela outorga	4.428	166	(4.594)	-
Total	4.428	166	(4.594)	-

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconhecer os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

Preço de transferência	3.052
(-) Saldo do ativo mantido para venda em 31/10/2025	(5.348)
Perda de capital	(2.296)

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Leste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2026.

Nelson Tamietti, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal